

# **Família *docendis*:** *educação e ethos neoliberal na contemporaneidade*

***Docendis family:***  
*education and neoliberal ethos in contemporary times*

***Familia docendis:***  
*Educación y ethos neoliberal en la contemporaneidad*

 **LARISSA SCOTTA\***

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul – RS, Brasil.

 **MOZART LINHARES DA SILVA\*\***

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul – RS, Brasil.

**RESUMO:** Este artigo discute a *guerra de valores* instaurada no âmbito da educação brasileira, situando-a dentro do atual processo de desdemocratização e fascistização da sociedade decorrentes das estratégias de manutenção/expansão da governamentalidade neoliberal. Abordamos a projeção da esfera privada familiar sobre uma esfera pública democrática, a partir da análise da ofensiva antigênero nos domínios da educação. Destacamos movimentos como o Escola sem Partido e a favor da escolarização doméstica, pois refletem essas tensões, enquadrando-se em um contexto mais amplo de erosão democrática e expansão da governamentalidade neoliberal. A compreensão é a de que o protagonismo delegado à instituição familiar é um dos elementos que caracteriza a ascensão de forças antidemocráticas que flertam com o fascismo na contemporaneidade. A educação, nesse escopo, constitui-se em campo de disputa do poder, um microcosmo social que reverbera tanto a potência das resistências como também da domesticidade.

*Palavras-chave:* Educação. Neoliberalismo. Família. Gênero.

---

\* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul. Servidora do Instituto Federal Farroupilha. *E-mail:* <lariscotta1@gmail.com>.

\*\* Doutor em História. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação e do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul. *E-mail:* <mozartls@unisc.br>.

**ABSTRACT:** This article discusses the *war of values* established in the context of Brazilian education, placing it within the current process of de-democratization and fascistization of society resulting from strategies to maintain/expand neoliberal governmentality. We address the projection of the private family sphere onto a democratic public sphere, based on the analysis of the anti-gender offensive in the fields of education. We highlight movements such as Escola sem Partido and others in favor of homeschooling, as they reflect these tensions, fitting into a broader context of democratic erosion and expansion of neoliberal governmentality. The understanding is that the protagonism delegated to the family institution is one of the elements that characterizes the rise of antidemocratic forces that flirt with fascism in contemporary times. Education, in this context, constitutes a field of power dispute, a social microcosm that reverberates both the power of resistance and domesticity.

*Keywords:* Education. Neoliberalism. Family. Gender.

**RESUMEN:** Este artículo analiza la *guerra de valores* establecida en el ámbito de la educación brasileña, ubicándola dentro del actual proceso de desdemocratización y fascistización de la sociedad resultante de las estrategias de mantenimiento/expansión de la gubernamentalidad neoliberal. Abordamos la proyección de la esfera familiar privada hacia una esfera pública democrática, a partir del análisis de la ofensiva antigénero en los dominios de la educación. Destacamos movimientos como la Escuela sin Partido y a favor de la escolarización en el hogar (*homeschooling*), ya que reflejan estas tensiones, encajándose en un contexto más amplio de erosión democrática y expansión de la gubernamentalidad neoliberal. Se entiende que el protagonismo delegado a la institución familiar es uno de los elementos que caracteriza el ascenso de fuerzas antidemocráticas que coquetean con el fascismo en la contemporaneidad. La educación, en este ámbito, constituye un campo de disputa de poder, un microcosmos social que repercute tanto en la potencia de las resistencias como en la domesticidad.

*Palabras clave:* Educación. Neoliberalismo. Familia. Género.

## Introdução

Nos últimos anos, assistimos ao surgimento de diversas campanhas de promoção da família heterossexual como unidade básica da vida social e dos valores morais tradicionais que conectam politicamente parcelas consideráveis da sociedade, a partir do recurso ao artefato discursivo *ideologia de gênero*. Disseminado ao grande público a partir de uma ofensiva do Vaticano e amplamente mobilizado por segmentos seculares situados à direita do espectro político, esse sintagma está no centro da “guerra de valores” (DARDOT *et al.*, 2021) que atualmente atinge os domínios da educação.

Em vários contextos geográficos, as políticas educacionais têm sido alvo de intensas investidas conservadoras que, empenhadas em restaurar modos de vida estabelecidos em torno de uma ordem apresentada como natural e moral – a da tradição e da família heteronormativa – provocam tensionamentos e disputas sobre o que pode ou não ser ensinado em sala de aula e sobre quem devem recair os direitos e encargos da educação de crianças e adolescentes.

No Brasil, o acionamento do sintagma *ideologia de gênero* como noção que ameaça a família tradicional cristã e a sociedade como um todo é recorrente. Identificamos como marco inicial desta cruzada moral na educação o movimento Escola sem Partido, iniciado em 2004. Na sequência, a polêmica em torno do material referente ao programa *Escola sem Homofobia*, que a partir de 2011 passou a ser chamado por seus detratores de ‘kit gay’; projetos como *Família na Escola* e o *Escola Nacional da Família*, criados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos<sup>1</sup>; e a aprovação da escolarização doméstica na Câmara dos Deputados em 2022, pautada na defesa da liberdade de escolha de pais/mães para oferecer a filhos e filhas uma educação condizente com seus princípios morais.

Tais movimentos podem ser analisados a partir do processo de erosão democrática em marcha já há alguns anos em várias partes do mundo, decorrente, em nosso entendimento, das estratégias de manutenção/expansão da governamentalidade neoliberal, atualmente orientada por ideais autoritários e conservadores. Nesse sentido, podemos situar as campanhas antigênero absorvidas pela família não apenas como um *backlash*, uma retaliação aos avanços progressistas provenientes das lutas feministas, LGBTQIA+ e antirracistas que emergiram nas últimas décadas, mas também como uma forma original de governar as condutas que apresenta uma dimensão produtiva e não somente reativa (SERRANO-AMAYA, 2017).

A partir dessa compreensão, este artigo<sup>2</sup> propõe discutir a *guerra de valores* atualmente instaurada, que toma a educação como um dos principais campos de disputas relativas às questões de gênero e sexualidade, situando-a dentro do atual processo de desdemocratização da sociedade, que tem na família um aparato fundamental para a concretização do rompimento com o social, entendido aqui como o lugar em que “somos mais do que

indivíduos ou famílias, mais do que produtores consumidores ou investidores econômicos e mais do que meros membros da nação” (BROWN, 2019a, p. 38).

A fim de proceder a essa problematização, o recurso à noção de governamentalidade tal como formulada pelo filósofo Michel Foucault (2023; 2010) constitui o aporte teórico-metodológico deste texto, que se apresenta dividido em três seções. A primeira aponta desdobramentos instaurados pela governamentalidade neoliberal contemporânea, a partir da análise da crítica ao político e ao social. A segunda seção discute o pânico moral produzido em torno da questão de gênero, consequência das investidas da agenda familiar na educação. A terceira aprofunda a discussão sobre a família *docendis* – entendida como a instituição que toma para si a responsabilidade sobre a educação formal, não apenas na esfera privada, mas também na esfera pública – e aborda a ideia de dissolução dos laços sociais que orienta o projeto neoliberal desde seu início e tornou possível a ascensão de forças antidemocráticas que flertam com o fascismo na contemporaneidade.

## Governamentalidade neoliberal contemporânea

Até a primeira década deste século, as análises sobre neoliberalismo no campo da educação eram pautadas pela crítica ao empresariamento social e aos processos de subjetivação calcados na produção do que Foucault chamou de *homo oeconomicus*, indivíduo considerado um “‘átomo’ de interesse próprio, livre e autônomo, plenamente responsável por navegar pelo campo social utilizando cálculos de escolha racional e custo-benefício, excluindo explicitamente todos os demais valores e interesses” (HAMANN, 2012, p. 101; grifo no original). Um indivíduo que tomava para si a responsabilidade de suas decisões e com elas assumia os ônus e bônus de seus fracassos e sucessos. Em tal configuração, considerando a crescente competitividade e a amplificação da necessidade de aprimoramento do capital humano, o imperativo que se apresentava era o da inclusão. Inclusão de *todos/as* para que o triunfo do mercado pudesse se realizar de forma mais plena, ou ainda, da convocação neoliberal de que *todos/as* precisariam ser incluídos/as, “em gradientes diferenciais de participação social e educacional” (LOPES & RECH, 2013, p. 211), a fim de se tornarem cidadãos/ãs e participarem do jogo competitivo do mercado.

Segundo a pesquisadora Kamila Lockmann (2020), tratava-se de uma configuração da racionalidade neoliberal que tomava a noção de democracia e, portanto, a noção de sujeito/a de direito, como o fundamento da ação governamental. A não exclusão e a constituição de *todos/as os/as* sujeitos/as como cidadãos/ãs encaminhava as estratégias fundamentais de governo da população. Nesse ínterim, as políticas educacionais voltadas para a inclusão buscavam tornar a escola um lócus de valorização da diversidade e do respeito à diferença, fazendo adentrar na ordem do discurso escolar temas como desigualdades sociais, raça, gênero e educação para a sexualidade.

Em meados de 2010, essa versão democrática do neoliberalismo deu lugar a uma face conservadora, que passou a rejeitar as políticas agenciadas pela diversidade e pluralidade sociais, conferindo lugar central à tradição, à família e à religião cristã. A restauração de modos tradicionais de produção das subjetividades em torno de normas autoritárias e conservadoras veio acompanhada de uma expansão violenta do mercado, que tem gerado processos cada vez mais intensos de precarização e exclusão (STANDING, 2017), em um cenário de pós-financeirização e desconstrução das democracias a partir de suas próprias instituições, ou ainda, conforme Wendy Brown (2016), um desmonte da democracia por dentro.

Foi nesse período que ascenderam à cena política governantes de extrema direita em diversas partes do mundo, como Jair Bolsonaro no Brasil, Donald Trump nos Estados Unidos, Viktor Orbán na Hungria, Jarosław Kaczyński na Polônia, entre outros. A chegada ao poder dessas forças políticas fez combinar autoritarismo antidemocrático, concorrencialismo generalizado e racionalidade capitalista expandida com a defesa da supremacia da *liberdade*, em detrimento das demandas por direitos e igualdade. Soma-se a isso o proselitismo das formas tradicionais de vida, levando poder crescente à moralização da vida social e mesmo ao mercado (SAFATLE, 2020). Trata-se do avanço de uma economia moral moldada por uma ética familista, que tende a corromper a republicana separação do público e do privado, do mundo social e do mundo familiar. De certo modo, o familismo ocuparia o lugar da *sociedade*, fazendo eco ao jargão neoliberal da inexistência da sociedade em nome do individualismo soberano e antioletivista. Como observa o pensador conservador Russel Kirk, o conservador “está consciente de que o coletivismo aterrador passa a dominar quando a família se deteriora, cuja essência é o principal instrumento de instrução moral, educação de fundamentos da vida econômica saudável” (KIRK, 2021, p. 53).

Essa metamorfose de uma governamentalidade neoliberal democrática para uma governamentalidade neoliberal conservadora poderia ser compreendida a partir da instrumentalização recíproca de duas lógicas heterogêneas: neoliberalismo e conservadorismo. Tal leitura, porém, como advertem os pesquisadores Pierre Dardot *et al.* (2021), não consegue abarcar as afinidades eletivas que o neoliberalismo tem estabelecido, desde seu início, com um certo número de temáticas próprias ao pensamento conservador, de modo que é preciso reconhecer a tendência inerente ao próprio neoliberalismo de, desde muito cedo, atribuir uma importância decisiva à “estrutura familiar tradicional e aos valores hierárquicos que ela encarna e transmite” (DARDOT *et al.*, 2021, p. 158). Para além de uma suposta *plasticidade* do neoliberalismo, que permite-nos compreendê-lo como uma racionalidade com grande capacidade adaptativa a contextos diversos, sejam progressistas ou conservadores, é preciso considerar sua matriz conservadora originária.

Abordar o neoliberalismo a partir da noção de governamentalidade (FOUCAULT, 2010; 2023) significa entendê-lo não como uma ideologia ou uma política econômica, mas como uma forma histórica de condução das condutas, isto é, “uma forma de racionalidade política

dedicada ao governo das populações e à condução da conduta individual de acordo com ‘a regra interna da economia máxima’” (HAMMAN, 2012, p. 106). A governamentalidade neoliberal não pode ser compreendida como “uma força dominante que exerce controle direto sobre a conduta dos indivíduos” (HAMMAN, 2012, p. 126), mas como um regime que articula diferentes modalidades de poder, subjetivação, governo de condutas e autogoverno (governo de si), com o intuito de criar e manter vivas as condições para a emergência de um modo de vida próprio, em que todas as relações sociais, inclusive aquelas que não pertencem ao domínio próprio da economia, passem a funcionar a partir da lógica da concorrência (DARDOT & LAVAL, 2016). É nesse sentido que Alfredo Veiga-Neto (2013) considera que o neoliberalismo se constitui como um *ethos*, um modo de ser no mundo.

Sob esse prisma, a oposição política ao terreno dos valores realizada nos últimos anos pela racionalidade neoliberal precisa ser compreendida em sua dimensão estratégica. Segundo Dardot *et al.* (2021), somente tal dimensão permite apreender tanto as condições de seu surgimento quanto a sua continuidade no tempo e as suas consequências sobre o conjunto da sociedade. A partir dessa ressalva, é possível entender a ascensão de uma arte de governar “para o mercado” e não “por causa do mercado” (FOUCAULT, 2010), que tem se aliado a moralidades excludentes e decisões político-econômicas visando à destituição da ideia de sociedade, em nome da realização plena da razão-mundo dos indivíduos.

É no bojo da restauração de formas tradicionais de vida e da economicização da política que vemos duas ordens de privatização da vida se imporem a partir da instauração de “guerras totais” (DARDOT *et al.*, 2021) contra as populações. De um lado, uma privatização *econômica*, que subverte substancialmente a democracia gerando “desigualdade, exclusão, propriedade privada dos bens comuns, a plutocracia e um imaginário democrático profundamente obscurecido” (BROWN, 2019b) e de outro, uma privatização *familiar*, que desestrutura a democracia a partir da exclusão de modos de vida não condizentes com o patriarcalismo, a tradição, a religião cristã. Juntas, essas duas formas de privatização

contestam os princípios de igualdade, do secularismo, pluralismo e inclusão no cerne da moderna sociedade democrática, permitindo que sejam substituídos por aquilo que Hayek chamou de “valores tradicionais morais” da “esfera pessoal, protegida” (BROWN, 2019b, p. 27).

Para Wendy Brown (2019b), ambos os tipos de privatização são animados por uma preocupação com a liberdade, sendo a segunda forma especialmente importante para a geração de uma política de “liberdade autoritária” nos dias de hoje. Segundo a autora (2019b), à medida que a “esfera pessoal protegida” é empoderada contra o social e se expande até a nação, assegurá-la e protegê-la solicita um estatismo cada vez mais robusto na forma de leis, policiamento e defesa. Sob a bandeira da *liberdade de expressão*, os compromissos democráticos com igualdade, civilidade e inclusão passam a sofrer a pressão dos valores e reivindicações do mercado, por um lado, e do familismo heteropatriarcal cristão, por outro.

Essa dupla privatização, combinada com o desmantelamento do social, faz da reparação das injustiças sociais, e até mesmo dos direitos civis básicos para as minorias, uma espécie de ataque à liberdade pessoal e uma interferência no que Friedrich Hayek (1998), um dos principais pensadores neoliberais, denominou de ordem espontânea dos mercados e da moral – motivo pelo qual dirigir-se contra tais grupos se coloca como um dos aspectos centrais do neoliberalismo em sua face conservadora.

De acordo com Christian Laval (2022), a fim de garantir a continuidade do projeto neoliberal, os governos se fortalecem com paixões populares dirigidas contra minorias, estrangeiros/as e intelectuais, entre outros/as. Com isso,

obtêm certo apoio popular, deslocando os desafios políticos do campo da injustiça social para o campo dos valores da nação e a religião, desviando os medos sociais e as indignações morais para um conjunto de objetivos considerados como tantos outros desvios e ameaças: imigrantes, negros, mulheres, homossexuais, sindicalistas, militantes, intelectuais, e contra todas as forças sociais, corpos profissionais e instituições democráticas [...] (LAVAL, 2022, *on-line*).

Nutrir o ódio de certas categorias da população contra outras, voltando o povo contra ele mesmo, dividindo-o, decompondo-o em unidades individuais e familiares econômico-morais passa a ser o modo de funcionamento atual do neoliberalismo. É nesse sentido que o neoliberalismo assume uma lógica de enfrentamento violento contra todas as forças e formas de vida que não cabem no marco de um mundo hierárquico e desigual baseado na concorrência LAVAL, 2022). A lógica divisionista que se estabelece é a mesma da “guerra civil” (DARDOT *et al.* 2021). Segundo Dardot *et al.*, “a guerra civil contra a igualdade e em nome da ‘liberdade’ é, sem dúvida, uma das principais faces do neoliberalismo atual, considerado pelo ângulo da estratégia” (DARDOT *et al.*, 2021, p. 27). Trata-se de uma guerra travada em nome da moralidade, que subtrai do cenário as consequências das desigualdades e precarizações sociais.

Assim, a resposta à precariedade a que as populações são submetidas parece assumir, nas palavras da filósofa Judith Butler (2019), a renovação de uma autoridade patriarcal, estabelecida tanto a partir da família quanto da igreja. A ameaça “passa a ser identificada não com os processos de precarização neoliberais, mas com os movimentos culturais e sociais que buscam descentrar ou dissolver essa autoridade” (BUTLER, 2019, p. 231). Ao se negar a ideia de sociedade, a subjetividade a partir de marcadores como classe, gênero ou raça também é negada, abrindo espaço para tentativas de apagamento de determinados corpos, modos de vida e sexualidades que contrariam as normalizações autoritárias.

Nesse escopo, o discurso antigênero aparece como um elemento importante para o estabelecimento da atual disputa no terreno dos valores. Ao funcionar como um catalisador de diversos interesses e demandas, a noção de *ideologia de gênero* dá uma aparente coerência a distintas vozes que intentam frear as medidas de equidade de gênero, destituir as conquistas feministas, diminuir as garantias de não discriminação e silenciar os estudos

relativos ao gênero e à sexualidade, numa tentativa de renaturalização de uma ordem social, moral e sexual tradicional, que faz da família o principal elo entre neoliberalismo e conservadorismo.

## A ofensiva antigênero como modo de governo das condutas

O posicionamento contra o termo *gênero*, entendido neste texto como conceito teórico disputado por diferentes disciplinas, matrizes teóricas e políticas que se desenvolvem no amplo campo denominado Estudos de Gênero, tem contribuído para deslegitimar a intensa produção intelectual na área, realizada desde os anos 1970. Na mesma direção, esse tipo de posicionamento em relação ao *gênero* contribui para transformá-lo no que Butler (2024) denominou de “força fantasmática”, capaz de suscitar medos e ansiedades íntimas, organizadas socialmente por meio de uma sintaxe inflamada, que incita paixões políticas contra uma ameaça capaz de arruinar as noções de *família, nação, homem, mulher e civilização*. Conforme a filósofa:

Não importa que as salas de aula nas quais o gênero é ensinado estejam tomadas por debates apaixonados; que diferentes escolas, métodos e teorias entrem em conflito; e que um grande número de especialistas em gênero recorra ecleticamente a diferentes legados intelectuais formulados em diferentes idiomas. O gênero é tachado de “ideologia”, uma forma de saber falsa e unívoca que capturou a mente de quem atua dentro de seus parâmetros – ou mesmo de pessoas que foram apenas momentaneamente expostas a seu funcionamento (BUTLER, 2024, p. 25).

A alegação de que o gênero é uma ideologia o torna não somente um “monólito assustador” onde cabem temores e repulsas atinentes à educação em gênero e sexualidades, aos direitos das minorias sexuais, aos direitos reprodutivos das mulheres, por exemplo, mas uma “jogada ideológica por excelência” (BUTLER, 2024). Com isso, parece ser irrelevante para o movimento contra a chamada *ideologia de gênero* que ele tenha como alvo uma versão de gênero que não é endossada por ninguém que se dedique aos estudos nessa área, uma vez que essa tendência anti-intelectualista é justamente marcada pela hostilidade a todas as formas de pensamento crítico. O que se ausculta é precisamente estabelecer um inimigo a ser aplacado e, com isso, infundir na população o “medo quanto a seu próprio futuro existencial” (BUTLER, 2024, p. 13). A partir desse enquadramento, é possível colocar em vigor o projeto essencialmente autoritário de restaurar a uma “sonhada ordem patriarcal que pode nunca ter existido, mas que ocupa o lugar da ‘história’ ou da ‘natureza’” (BUTLER, 2024, p. 13).

As pesquisadoras Weronika Grzebalska e Andrea Petó (2018) afirmam que o termo ideologia de gênero permite conectar distintos significados, sentimentos e temores, funcionando como uma “cola simbólica”, que serve para dar coesão à agenda defendida pelos/

as conservadores/as e pela extrema direita contra a igualdade de direitos e a democracia liberal. Ao tomarem como objeto de análise a Europa Central, as pesquisadoras salientam que um dos princípios dessa agenda é o familismo, entendido como “uma forma de biopolítica que vê na família tradicional o alicerce da nação e subjugação os direitos reprodutivos e de autodeterminação individuais à exigência normativa da reprodução da nação” (GRZEBALSKA & PETÓ, 2018, p. 167). Esse familismo, segundo as autoras, pode ser compreendido à luz da convergência simbiótica do capitalismo neoliberal e de uma ordem de gênero que reforça a noção patriarcal de famílias com divisão do trabalho por gênero, se apoia em condições de trabalho distintas para homens e mulheres e promove a esfera familiar como o principal abrigo às políticas neoliberais.

É, pois, sob o argumento de defesa da família natural, heteronormativa e cristã, aquela que serve para reproduzir a nação e que tem sido cada vez mais acionada como um “tipo de contrato de seguro mútuo primitivo” (COOPER, 2022) e que garante a vitalidade da economia capitalista, que vemos a agenda de gênero mobilizar socialmente parcelas consideráveis da sociedade e influir sobre a esfera pública. O intuito de “reconduzir o mundo a um tempo anterior ao “gênero” (BUTLER, 2024, p. 13), evidenciado no resgate da família tradicional, faz da privação de direitos, proteções e liberdades fundamentais das minorias sexuais e de gênero um elemento fundamental do movimento antigênero, sendo a promoção de pânico morais uma das principais táticas para angariar a adesão das pessoas a essa bandeira.

A produção de notícias inverídicas, bem como a falta de aprofundamento nas discussões relacionadas a temas como o casamento homoafetivo, a descriminalização do aborto ou mesmo a abordagem da educação sexual nas escolas, por exemplo, tem provocado em parte da população o sentimento de que é preciso impedir que crianças e adolescentes tenham acesso a conteúdos que expressariam comportamentos ‘desviantes’. É nesse sentido que o conceito de *pânico moral*, desenvolvido pelo sociólogo inglês Stanley Cohen na obra *Folk Devils and Moral Panics*, publicada em 1972, nos auxilia a explicar o modo como a sociedade reage a certos grupos ou comportamentos que são percebidos como ameaças aos valores por fugirem da normatividade.

Segundo Cohen, o pânico moral emerge quando “uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada” (COHEN, 2011, p. 01). Ainda segundo o sociólogo, esse fenômeno envolve algumas etapas, entre as quais sublinhamos: (1) a identificação de um “grupo marginal”, considerado problemático e que passa a ser estigmatizado; (2) a amplificação da preocupação, a partir da circulação desse discurso alarmista; (3) a reação social, quando a sociedade responde a esse discurso e solicita medidas para controle e punição dos/das “desviantes da norma”; (4) e as consequências, que podem levar a reações que, no caso específico deste artigo, apontam para implicações diretas no âmbito da educação.

Se analisarmos a forma como determinados segmentos da sociedade abordam as questões de gênero e sexualidade, isto é, a partir de um discurso que incita o medo de que crianças e adolescentes sejam expostos/as, no ambiente escolar, a conteúdos considerados inadequados ou ameaçadores à moralidade tradicional, é possível entender de que forma a família, percebida como baluarte dos princípios morais, aparece como instituição ‘educadora’, advogando para si a responsabilização sobre o que pode ou não ser ensinado nas escolas.

Tendo em vista essas considerações, para compreender como o movimento antigênero é produzido e cooptado por diferentes atores/atrizes políticos/as e forças conservadoras que tensionam e movimentam o espaço escolar e fazem da família *docendis* a instituição que busca pautar a educação – tomando para si um espaço historicamente construído a partir da separação entre os conhecimentos desenvolvidos na casa e na escola –, é preciso retornar à década de 1990, momento em que se inicia a circulação de um discurso sobre *ideologia de gênero*. A apropriação do termo *gênero* enquanto agenda político-ideológica tem origem no seio da Igreja Católica, disposta a combater estudos feministas, de gênero e as pautas relativas aos direitos sexuais e reprodutivos (BUTLER, 2019). Tal ofensiva teria surgido no âmbito de uma série de discussões sobre o direito das mulheres iniciada pela Organização das Nações Unidas – ONU, como a III Conferência sobre População e Desenvolvimento, ocorrida no Cairo em 1994, e a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim no ano seguinte, quando o termo *gênero* se fez presente pela primeira vez nos documentos da ONU. Segundo Rogério Junqueira (2018), o resultado da pressão exercida pelo Vaticano e pela coalizão de aliados/as conservadores/as de diferentes países, entre eles os Estados Unidos, foi o esvaziamento conceitual do termo.

Na esteira dessa tentativa de deslegitimação dos Estudos de Gênero, a Igreja Católica começa a promover, a partir de 1995, conferências episcopais e a produzir e financiar publicações destinadas a combater a chamada *ideologia de gênero*. Em 1998, surge a nota emitida pela Conferência Episcopal do Peru intitulada *Ideologia de gênero: seus perigos e alcances*, cuja base argumentativa encontra respaldo nas obras *Who stole feminism?* (1994), da filósofa Christina Hoff Sommers<sup>3</sup>; *The Gender-Agenda: redefining equality* (1997), da ativista católica Dale O’Leary, que retoma a expressão “*gender feminists ideology*” cunhada por Sommers e as estratégias discursivas mobilizadas pela filósofa; e *L’Évangile face au désordre mondial* (1997), do monsenhor belga Michel Schooyans, alinhando-se ao repertório do discurso antigênero que começava a ser produzido. Com isso, a noção de *ideologia de gênero* contribuiu para a equivocada compreensão de que qualquer discussão em torno do conceito de gênero deveria ser abolida, sob o risco de degeneração da sociedade. A partir de então, a ofensiva antigênero começa a receber a adesão de um crescente contingente de evangélicos/as e conservadores seculares, também orientados/as por uma perspectiva que vê na noção de gênero algo negativo e intimidador e que acaba funcionando para silenciar os questionamentos relativos ao estatuto da ordem social e sexual tradicional, hegemonicamente assentado em hierarquias, sistemas de poder e estruturas de privilégios.

Nos domínios da educação, essa ofensiva *define as discussões* sobre gênero e sexualidade em sala de aula como *doutrinação* e *erotização* precoce das crianças. A retórica sobre *ideologia de gênero*, nesse sentido, apresenta-se como arma apontada para docentes e para as políticas curriculares, considerados/as responsáveis por fazer da escola um espaço de confrontação de um “conjunto de valores e regras de ação” tradicionais (FOUCAULT, 2001). Junqueira (2018) afirma que a escola passa a se configurar como o centro de um debate público no qual discussões sobre os problemas educacionais e os desafios relativos às garantias do direito à educação dão lugar a

tematizações voltadas a deslegitimar a liberdade docente e a desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como espaço de formação crítica para a vida, aí compreendida a socialização para o convívio plural, cidadão e democrático. Ademais, em convergência com outros setores conservadores, esses movimentos antigênero podem engajar-se em uma ofensiva não apenas contrária aos direitos sexuais, mas também aos direitos e às garantias fundamentais (JUNQUEIRA, 2018, p. 487).

Os exemplos são diversos e abrangem várias partes do mundo. Foi levantando essa bandeira que, na França, em 2011, manifestantes católicos/as e vinculados/as à extrema-direita atacaram livros didáticos de biologia destinados a estudantes do *lycée* (ensino médio), sob a alegação de que estariam ensinando um “feminismo ideológico” (FASSIN, 2021). Em 2015, a Itália protagonizou a manifestação *Dia da Família*, organizada pela Associação Defendam Nossos Filhos, em que dizeres como ‘Não à teoria de gênero’, ‘Sim à Família tradicional’ e ‘A família salvará o mundo’ evidenciavam o crescente apelo conservador que chegava dos países europeus. Na Hungria, em 2018, o governo proibiu estudos de gênero e sexualidade nas universidades, com a justificativa de que as pessoas nasceriam homens ou mulheres e, portanto, não haveria necessidade de aporte de fundos públicos para pesquisas nessa área. Essa mesma *caça às bruxas* é realizada na América Latina, que viu a campanha *#ConMisHijosNoTeMetas* (não se meta com meus filhos) ganhar as ruas e as redes sociais do Peru em 2016, quando grupos conservadores conseguiram barrar a implementação de parte do novo Currículo Nacional para Educação Básica, inspirando articulações com o mesmo nome em diversos outros países, como Colômbia, Argentina, Chile, Equador e Paraguai.

Não é por outra razão que, no Brasil, assistimos ao acionamento de lemas como ‘Respeitem a inocência das crianças’, ‘Meninos vestem azul, meninas vestem rosa!’<sup>4</sup>, entre outros. Por vezes associado à corrupção e a uma imoralidade que seriam provenientes dos governos de esquerda/centro-esquerda, que teriam como objetivo realizar uma *doutrinação marxista*<sup>5</sup> nas escolas, o sintagma *ideologia de gênero* evoca representações de uma degradação que seria tanto política quanto moral, motivo pelo qual defender a família heteronormativa patriarcal seria um modo de restabelecer não só a moralidade, mas também a prosperidade e o crescimento econômico. Daí a reivindicação de uma centralidade e um protagonismo na

ordem social à instituição familiar, calcados na compreensão de uma “sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora” (FOUCAULT, 1999). É preciso

renaturalizar a ordem social, moral e sexual tradicional e apontar como antinaturais crenças, ideias ou atitudes que contrariem essa ordem, bem como rechaçar a contribuição das ciências sociais para a compreensão dos processos sociais, históricos e culturais de construção da realidade (JUNQUEIRA, 2019, p. 139).

No campo educacional brasileiro, a proteção da família tem sido mobilizada em pelo menos duas grandes frentes: uma em relação a ‘ataques’ à moralidade e códigos de conduta tradicionais, e outra em relação à privacidade, no sentido de resguardo da autoridade familiar.

### **Mais família, menos sociedade: das feições antidemocráticas e fascistas da contemporaneidade**

O governo das condutas voltado a restaurar uma ordem social e sexual tradicional acaba por se constituir numa estratégia de desarticulação da democracia. Ao colocar a família sob ameaça, a retórica conservadora, nomeadamente a antigênero, oferece munição ao discurso antipolítico e antissocial. O ataque à ideia de sociedade vê na família o esteio de um individualismo sempre pronto a resistir ao “poder coercitivo do Estado”, remetendo fortemente ao postulado neoliberal de que deve ser permitido ao indivíduo, dentro de certos limites estabelecidos, “seguir seus próprios valores e preferências em vez do outrem”, e de que “o sistema de objetivos do indivíduo deve ser soberano, não estando sujeito aos ditames alheios” (HAYEK, 1990, p. 84).

Nesse sentido, a proteção de crianças e adolescentes ‘expostos/as’ a políticas curriculares atravessadas por um suposto conteúdo doutrinador contrário aos valores familiares tradicionais significaria o resguardo da autoridade e da liberdade das famílias, sobre quem deveria recair o encargo e o direito da educação dos/das filhos/as. Conforme Junqueira (2019), isso se desdobra em ataques a currículos, à autonomia docente, às políticas inclusivas, às instâncias de administração e regulação da educação realizados em nome de um direito a uma “escola não ideológica”, “sem gênero”, “sem doutrinação”.

O lema *Meus filhos, minhas regras*, entoado por defensores/as de uma educação subordinada a pais/mães e às suas perspectivas de mundo, sintetiza o familismo e o privatismo dessa ofensiva e parodia o mote *Meu corpo, minhas regras*, invertendo o lema feminista pela autonomia e pelos direitos individuais das mulheres, ao preconizar a submissão absoluta das crianças a pais e mães (MIGUEL, 2016). Assim, atualizam o pensamento hayekiano de que o reconhecimento da propriedade é o primeiro passo na delimitação da esfera privada, exigindo do Estado a segurança e a proteção dessa esfera por meio de

leis baseadas na tradição moral ocidental. Ao mesmo tempo, reafirmam o postulado católico de que a educação das crianças é um direito-dever de pais/mães, cabendo à escola atuar nesse tema de maneira subsidiária e subordinada a eles/elas (JUNQUEIRA, 2018). Convergem, assim, duas negações:

A primeira é a negação do caráter republicano da instituição escolar. Sua função pedagógica incorpora também – e de forma central – a educação para o convívio com as diferentes visões de mundo, próprio de uma sociedade pluralista e democrática. A socialização na escola é importante, entre outros motivos, porque oferece às crianças o contato com valores diversos, ou diversamente interpretados, daqueles que estão presentes na família. A segunda é a negação do estatuto da criança como sujeito de direitos – o que inclui, aliás, o direito de conhecer o mundo e de adquirir os instrumentos para pensar com a própria cabeça (MIGUEL, 2016, p. 603-604).

Com isso, assistimos a um alargamento do domínio no qual a liberdade pessoal é irrestrita, permitindo que crenças e costumes tradicionais reiviniquem legitimamente e de fato recolonizem o cívico e o social, nos quais a democracia outrora imperava (BROWN, 2019a). A feição antidemocrática da governamentalidade neoliberal traz em seu escopo a expansão do econômico em detrimento do social e do privado em relação ao público. Nas palavras de Brown, “Trata-se de uma maneira de repor a ordem no que Hayek retrata como a substituição sintomática e perigosa da palavra *social* pela palavra *moral* [...]” (BROWN, 2019a, p. 129). É a partir da reivindicação de uma liberdade desatrelada da sociedade e da democracia que vemos surgir movimentos conservadores apelando ao que Dardot *et al.* (2021) denominam de “narrativas apocalípticas” para ‘denunciar’ as teorias de construção social de gênero e toda e qualquer política de igualdade entre os sexos e de direitos das mulheres e população LGBTQIA+.

Como exemplos de aparatos da governamentalidade neoliberal conservadora que visam instaurar a primazia da família na educação, encontramos no Brasil a defesa das ideias em torno do movimento Escola sem Partido e o movimento a favor da escolarização doméstica tal como tem se apresentado nos últimos anos no país. O Escola sem Partido foi criado em 2004 pelo advogado Miguel Francisco Nagib<sup>6</sup> e é definido por seus/ suas defensores/as como um movimento que visa “inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019, *on-line*). Inicialmente restrito a um blog na internet, o Escola sem Partido uniu a ‘denúncia’ de uma *doutrinação marxista* nas escolas com a oposição à *ideologia de gênero*, angariando, assim, aliados/as de segmentos religiosos, político-partidários e conservadores/as seculares. Tal aliança contribuiu, anos mais tarde, para a projeção nacional de uma agenda familista que, no microcosmo da sala de aula, aponta para a vigilância, o cerceamento do trabalho docente por parte de estudantes e pais/mães e, no macrocosmo da sociedade, para o questionamento do ideal de escola republicana.

O Escola sem Partido segue os passos do movimento iniciado nos Estados Unidos pelo ativista de extrema-direita David Horowitz, que desde os anos 1980 denunciava as ideologias de esquerda que estariam minando a educação escolar e universitária. Jason Stanley aponta que:

Em 2006, Horowitz publicou um livro, *The Professors* [Os professores], apresentando os “101 professores mais perigosos da América” (que é o subtítulo do livro), uma lista de professores esquerdistas e liberais, muitos dos quais eram defensores dos direitos palestinos. Em 2009, ele publicou outro livro, *One-party Classroom* [Sala de aula totalitária], com uma lista dos “150 cursos mais perigosos da América” (STANLEY, 2018, p. 50).

O autor lembra que “o governo Trump tem seguido agressivamente o programa de Horowitz” (STANLEY, 2018, p. 51) e apresenta vários exemplos de iniciativas de ataque à educação em países como Rússia, Hungria, Polônia, Turquia e Brasil.

O programa do Escola sem Partido foi apresentado em torno de três objetivos, conforme expressos em seu site oficial: 1) “Descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas”; 2) “Respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes”; e 3) “Respeito ao direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019, *on-line*). A defesa dessas ideias foi articulada às instâncias governamentais visando estabelecer regras para controle, seleção e organização daquilo que pode ou não pode entrar na “ordem do discurso” (FOUCAULT, 2014) escolar.

Esse modo de governo pelos valores levou a uma série de ações junto aos legislativos municipais, estaduais e à esfera federal, visando dar amparo legal ao conteúdo difundido pelo programa. Nesse ínterim, documentos norteadores da educação brasileira passaram a ser alvo da agenda conservadora. Entre estes, podemos citar a Lei nº 9.394/1996, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que estabelece as linhas gerais para a definição dos currículos dos ensinos infantil e fundamental nas escolas públicas e particulares do país.

A pesquisadora Elisabeth Macedo (2017) sustenta que, a partir da divulgação da segunda versão da BNCC, em abril de 2016, um novo conjunto de demandas foi se fortalecendo, sendo identificadas pautas que sublinhavam a separação entre espaço público e espaço privado, transferindo a educação para o espaço privado da família. Tal investida fica evidente quando se percebe a influência e o controle de grupos conservadores e populistas-autoritários na terceira versão da BNCC, aprovada em 2017. Marina Silveira *et al.* (2021) destacam que a aceção de *gênero*, no sentido de análise ou compreensão das desigualdades sociais e como ferramenta para se combater as violências sexistas e homofóbicas, não se presentifica nessa terceira versão. Temas relacionados a esses contextos foram suprimidos do texto final, sob a alegação de que o gênero seria objeto de controvérsias sociais e de debates ‘confusos’ que tumultuam os currículos escolares.

As proposições gestadas em torno da agenda familista representada pelo Escola sem Partido tiveram importância significativa também nas eleições de 2018 e 2022, quando um número expressivo de representantes políticos/as ascendeu às câmaras legislativas e aos cargos máximos nos estados, articulando a defesa dos valores tradicionais aos princípios neoliberais. Jair Bolsonaro, deputado federal de 1991 a 2018, foi o principal personagem a realizar tal articulação, transformando-a em capital político que o ajudou a levá-lo ao cargo de presidente da República, no mandato 2019-2022. Não por acaso, o lema *Deus, pátria, família e liberdade*, repetido por Bolsonaro ao longo de seu governo, faz convergir pressupostos conservadores ao ideário neoliberal.

Essa exaltação de uma liberdade desatrelada dos laços sociais também pode ser percebida no movimento a favor da escolarização doméstica, tal como se delineia nos últimos anos no país, reiterando alguns argumentos do programa do Escola sem Partido e aprofundando sua agenda privatista e familista. Essa prática começou a adquirir projeção no país no início da década de 2010, na esteira da moralização da vida social, do discurso de liberdade que visa garantir às famílias aquilo que consideram ser a melhor educação para os/as filhos/as e do questionamento sobre o papel do Estado. Até então restrita aos grupos de famílias que buscavam o respaldo legal para a prática, é a partir da captura dessa pauta pelos movimentos conservadores que a bandeira da escolarização doméstica começa a ser discutida junto ao poder legislativo e a ter o respaldo de parlamentares evangélicos/as e católicos/as fundamentalistas.

Em 2021, o governo Bolsonaro elegeu a aprovação da escolarização doméstica como uma das 35 pautas prioritárias no Congresso daquele ano. Em maio de 2022, com apoio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e do Ministério da Educação – que entre os aportes para a defesa da escolarização doméstica produziu a cartilha<sup>7</sup> *Ensino Domiciliar: Um direito humano tanto dos pais quanto dos filhos* –, o Projeto de lei nº 3.179, de 2012, que permite que a Educação Básica (ensino Infantil, Fundamental e Médio) seja oferecida em casa sob responsabilidade de pais, mães ou tutores e tutoras legais, foi posto em votação em regime de urgência e sem passar por análise de comissão, sendo aprovado na Câmara com algumas alterações e encaminhado para o Senado Federal, onde segue em tramitação.

O que sustentou os argumentos para a aprovação do referido projeto, na maioria dos pronunciamentos dos/das congressistas, foi a defesa de um determinado código moral que estaria sendo atingido em razão das investidas da *ideologia de gênero* e de uma ‘apologia’ à sexualização precoce realizadas nas escolas. Nesse âmbito, a escola passa a ser vista, conforme Lockmann, como

lugar desprezível, indesejável, perigoso que pode corromper aquelas crianças e aqueles jovens que respondem a um modelo instituído de vida e de ordem. A convivência com uma diversidade de valores, de crenças, de modelos de família e de religiões é vista como perigo a ser gerenciado e evitado (LOCKMANN, 2020, p. 13).

A tentativa de primazia da família na educação, em detrimento do atual compartilhamento de responsabilidade entre Estado, família e sociedade, legalmente estabelecido nos dispositivos brasileiros – que preveem para pais e mães a obrigatoriedade da matrícula de crianças e adolescentes e a frequência na instituição escolar, e controle e zelo com a frequência à escola ao poder público –, contribui para o afastamento do pacto social em torno da escola republicana, entendida como espaço democrático, de encontro com o diferente e o contraditório. O direito de não compartilhar um espaço e um tempo comum na escola aprofunda a perspectiva de uma família *docendis*, que intenta salvaguardar determinados saberes e impedir que “diferentes vozes, diferentes sujeitos, diferentes gerações, diferentes etnias, diferentes crenças e formas de vida” se encontrem (LOCKMANN, 2020, p. 14).

Nessa direção, a promoção da esfera privada familiar em detrimento da esfera pública na educação encaminha-nos a abordar a dissolução dos laços sociais que orienta o projeto neoliberal desde seu início e torna possível a ascensão de forças antidemocráticas que flertam com o fascismo na contemporaneidade. Essa questão merece atenção justamente por que aponta a relação do neoliberalismo com o fascismo como esteio de projetos conservadores e de extrema-direita que protagonizaram a organização dos movimentos até aqui analisados.

## Considerações finais

Entende-se, a partir do que pontuamos, porque a educação se constitui num campo de disputas. O familismo e o rompimento do pacto societário que até então oferecia aporte aos vínculos sociais e políticos dá espaço às estratégias fascistas de construção do que Angela Alonso (2019) chamou de “comunidade moral”. O acionamento do pânico moral aparece, assim, como estratégia de mobilização política que transforma sujeitos/as banais em soldados/as, sujeitos/as até então indiferentes em fanáticos/as, apologistas da violência, entre outros.

Nesse escopo, as pautas defendidas pelo Escola sem Partido e pelo movimento a favor da escolarização doméstica podem ser consideradas estratégicas por incidirem sobre processos políticos, mesmo quando o que está em questão não são diretrizes públicas específicas (BIROLI, VAGGIONE & MACHADO, 2020). Tal perspectiva de análise nos encaminha a compreender que as campanhas antigênero são parte importante do processo de erosão das democracias liberais, na medida em que comprometem a manutenção de uma ordem pública, plural e secular que deve orientar a vida em sociedade.

A produção de um discurso familista que apela para a produção de pânicos morais funciona como elemento essencial para mobilizar a população em torno de regramentos autoritários e para desencorajar quaisquer tentativas de superação da precarização a que vem sendo submetida a partir das políticas neoliberais. Em um contexto de precarização

e repasse dos custos sociais aos indivíduos, que tem convocado as famílias a se responsabilizar, cada vez mais, pelo cuidado da vida, assistimos ao recrudescimento de tentativas de fazer da instituição familiar a protagonista moral na ordem social. Nesse sentido, presenciemos movimentos que buscam dar primazia para que pais/mães possam definir o que pode ou não ser ensinado aos filhos e às filhas, fazendo da família *docendis* a protagonista na definição do que pode adentrar na ordem do discurso escolar e de com quem esse conhecimento será partilhado.

Não é sem sentido, pois, que a educação tenha se constituído nesse campo de disputa do poder, um microcosmos social que reverbera tanto a potência das resistências como também da domesticidade.

*Recebido em: 01/08/2024; Aprovado em: 15/10/2024.*

## Notas

- 1 O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foi criado no ano de 2019 pelo então presidente Jair Bolsonaro, sendo chefiado pela pastora e advogada Damares Alves. Em 01 de janeiro de 2023, foi desmembrado e deu origem ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e ao Ministério de Mulheres, nos termos da Medida Provisória nº 1.154/2023.
- 2 O artigo faz parte de Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS, através do Edital FAPERGS 07/2021 - Programa Pesquisador Gaúcho – PqG, Termo de Outorga: 21/2551-0002205-1, e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Edital Universal: Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Faixa A - Grupos Emergentes, Processo: 403744/2021-0.
- 3 Conforme Silvana Mariz (2021), após o rastreamento dos usos da expressão “ideologia de gênero” em distintas fontes, bibliográficas e audiovisuais, físicas e virtuais, foi observado que seu emprego se constitui como um empréstimo tomado do pensamento da “feminista liberal” Christina Hoff Sommers.
- 4 Afirmação da então ministra Damares Alves. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.gh.html>. Acesso em: 16 set. 2023.
- 5 A construção de um discurso sobre uma suposta “doutrinação marxista” nas escolas tem sido alimentada por uma leitura distorcida da obra de Antonio Gramsci. Segundo essa perspectiva, diretamente vinculada, aqui no Brasil, às produções de Olavo de Carvalho, o objetivo da esquerda seria o de manipular as mentes através de uma revolução psicológica que visa apagar a herança moral e cultural da humanidade e abrir caminho para a implantação do comunismo.
- 6 Em agosto de 2022, Miguel Nagib informou sua saída do Escola sem Partido e o encerramento dos canais administrados por ele. No entanto, ainda é possível acessar ao blog do movimento. A página na rede social Instagram, sob administração de Nagib, @escolasempartidooficial, cuja primeira publicação remonta a dezembro de 2016, tem sido atualizada constantemente.
- 7 Disponível em: <[https://www.gov.br/mec/pt-br/media/ acesso\\_informacao/pdf/CartilhaEducaoDomiciliar\\_V1.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/ acesso_informacao/pdf/CartilhaEducaoDomiciliar_V1.pdf)>. Acesso em: 2 nov. 2023.

## Referências

- ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: [Vários autores]. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil Hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 52-70.
- BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco & MACHADO, Maria das Dores Campos Machado. *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BROWN, Wendy. *El pueblo sin atributos: La Secreta Revolución del Neoliberalismo*. Madrid: Malpaso, 2016.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politéia, 2019a.
- BROWN, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI. In: RAGO, Margareth & PELEGRINI, Mauricio (Org.). *Neoliberalismo, Feminismo e Contracondutas: Perspectivas Foucaultianas*. São Paulo: Intermeios, 2019b, p. 17-49.
- BUTLER, Judith. Ideologia anti-gênero e a crítica da era secular de Saba Mahmood. *Debates do NER*, [S. l.], v. 2, n. 36, p. 219–235, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/99586>>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.
- COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics*. London: Routledge, 2011.
- COOPER, Melinda. *Los valores de la familia*. Entre el neoliberalismo y el nuevo social-conservadurismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2022.
- DARDOT, Pierre *et al.* *A escolha da guerra civil*. Uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESCOLA SEM PARTIDO. *A doutrinação é um problema grave na educação brasileira? Por quê?* 2019. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/blog/faq/>>. Acesso em: 2 jul. 2024.
- FASSIN, Éric. Campanhas antigênero, populismo e neoliberalismo na Europa e na América Latina. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 22–32, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/42911>>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*, A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II*, O uso dos prazeres. 9 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Lisboa: Edições 70, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977- 1978). São Paulo: Martins Fontes, 2023.

- GRZEBALSKA, Weronika & PETŐ, Andrea. The gendered modus operandi of the illiberal transformation in Hungary and Poland. *Women's Studies International Forum*, v. 68, p. 164-172, 2018. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277539517300882?via%3Dihub>>. Acesso em: 19 fev. 2024.
- HAMANN, Trent. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. *Revista Ecopolítica*, n. 3, p. 99-133, mai./ago. 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/issue/view/755/showToc>>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- HAYEK, Friedrich August von. *Law, Legislation and Liberty* (tomos I, II e III). London: Routledge and Kegan Paul, 1998.
- HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: MARIANO, Alessandro *et al.* *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- KIRK, Russel. *Breve manual de conservadorismo*. São Paulo: Trinitas, 2021.
- LAVAl, Christian. Uma nova guerra civil mundial. *Instituto Humanitas Unisinos*. Mar. 2022. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/617032-uma-nova-guerra-civil-mundial-artigo-de-christian-laval>>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- LOCKMANN, Kamila. Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 15, p. 1-18, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15408>>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- LOPES, Maura Corcini & RECH, Tatiana L. Inclusão, biopolítica e educação. *Educação* (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 2, p. 210-219, maio/ago. 2013.
- MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Comum Curricular. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n° 139, p. 507-524, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/YJfWMTKKDmzVgV8VmwwzCdQK/?format=pdf&lang=p>>. Acesso em: 6 jul. 2024.
- MARIZ, Silviana F. Origens da “Ideologia de gênero”: o ativismo antifeminista de Christina Hoff Sommers. Projeto História: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 72, p. 30-56, 2021. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/54804>>. Acesso em: 22 fev. 2024.
- MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 590-621, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25163>>. Acesso em: 23 fev. 2024.
- SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson & DUNKER, Christian (Orgs). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 17-46.
- SERRANO-AMAYA, José F. La tormenta perfecta: ideología de género y articulación de públicos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 27, dezembro de 2017, p. 149-171. Disponível em: <<https://www.scielo.br/jj/sess/a/sNcr6BwqBQ4wDbQPLmhDcxw/?lang=es>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SILVEIRA BONACAZATA Santos, Marina *et al.* Escola sem Partido e as discussões de gênero e sexualidade: impactos curriculares. *Linhas Críticas*, [S. l.], v. 27, p. e35543, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/35543>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

STANDING, Guy. *O Precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidade e educação. *Revista Colombiana de Educación*, 2013, (65), p. 19-41. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=413634077002>>. Acesso em: 10 jul. 2024.